

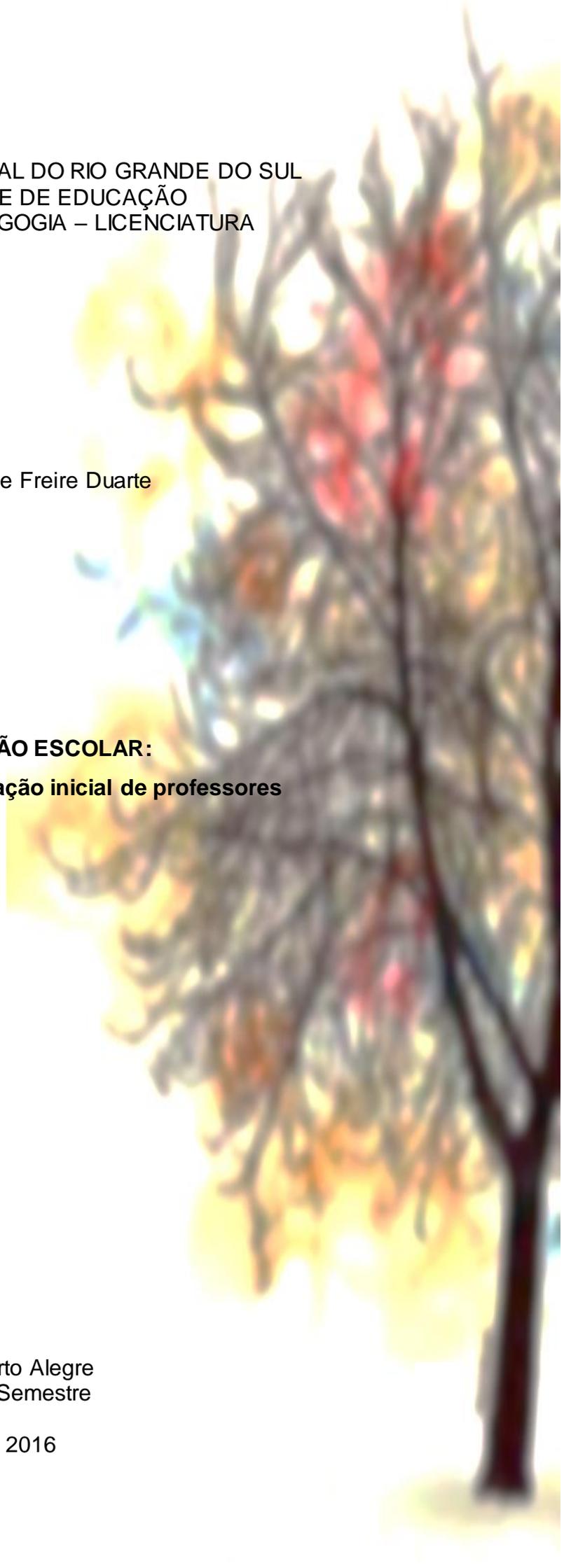
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Margarete Freire Duarte

**INCLUSÃO ESCOLAR:
os desafios da formação inicial de professores**

Porto Alegre
1. Semestre

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Margarete Freire Duarte

**INCLUSÃO ESCOLAR:
os desafios da formação inicial de professores**

Porto Alegre
1. Semestre
2016

Margarete Freire Duarte

**INCLUSÃO ESCOLAR:
os desafios da formação inicial de professores.**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: *Profa. Dra Liliana Maria Passerino.*

Porto Alegre
1. Semestre
2016

CIP - Catalogação na Publicação

Duarte, Margarete Freire

INCLUSÃO ESCOLAR: os desafios da formação inicial
de professores / Margarete Freire Duarte. -- 2016.
57 f.

Orientador: Liliana Maria Passerino.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Educação, Licenciatura em Pedagogia, Porto Alegre,
BR-RS, 2016.

1. Inclusão. 2. Formação Docente. 3. Capacitação.
I. Passerino, Liliana Maria, orient. II. Título.

Dedico aos meus filhos: Roxane Freire Duarte, Francisco Freire Duarte e meu esposo Francisco Cezar Correa Duarte estes 4 anos de dedicação para concretização de um sonho, para que lembrem de mim como uma pessoa que nunca desiste de seus ideais.

Cito uma homenagem de minha filha no dia das mães...

"Tu não é todo mundo!" ela me dizia sempre... O que antes parecia difícil de entender, principalmente numa idade em que se quer ser como todo mundo, hoje se justifica. Eu não sou todo mundo, porque sou filha de uma mulher única, que não é como todo mundo. Não existe no mundo alguém como ela. Ela não me criou como todo mundo, sempre soube me proteger e me preparar para o mundo. Ela sempre acreditou no melhor das pessoas e me ensinou a dar o meu melhor para o mundo. Ela sempre teve o colo, o sorriso e a crítica que o mundo não poderia me dar como ela. Ela sempre esteve aqui, diferentemente de todo mundo. Eu tenho por ela o maior amor do mundo. Não é qualquer amor. Não é amor por qualquer um. Não é amor de qualquer jeito. É amor de filha pra mãe, eterno e sólido, que independe de presença física, estamos conectadas pela alma. Te amo!"

(ROXANE FREIRE DUARTE, 2016).

Ao concluir este trabalho, quero agradecer...

... à Deus por este sonho realizado ocupando um lugar nesta faculdade na qual desde o primeiro momento que nela entrei, me senti triunfante e muito honrada como se estivesse sendo abraçada entrando em minha própria casa.

... ao meu marido Francisco, pelo companheirismo, paciência e incentivo em apoiar as minhas escolhas.

... aos meus filhos Roxane e Francisco pelo entusiasmo e incentivo na minha formação acadêmica.

... às minhas amigas da faculdade, Camila, Soeli, Milca e Luana que foram muito especiais durante estes quatro anos e que de alguma forma contribuíram com este momento tão especial de nossas vidas.

... à minha orientadora, Prof.^a Dra. Liliana Maria Passerino, pelo apoio, dedicação e sabedoria a mim dispensados para a conclusão desta fase do curso, muito Obrigada!

... à minha querida orientadora do meu estágio a Prof.^a Dra. Maria Stephanou, meus eternos agradecimentos por todo seu talento, sabedoria, carinho e dedicação dispensados neste momento de culminância, onde coloco em prática amparada com seus conhecimentos imensuráveis a minha docência, muito Obrigada!

...à minha querida Prof.^a Dra. Elisabete Maria Garbin por suas aulas inesquecíveis com muito bom humor, carinho, competência e dedicação, muito Obrigada!

...à minha querida Prof.^a Dra. Carmen Machado pelo prazer em ser sua aluna e monitora por vários semestres, e pelo exemplo de docência, perseverança e competência, muito Obrigada!

...à minha querida Prof.^a Dra. Maria Beatriz Luce pela honra de ter participado de suas aulas que muito acrescentaram na minha formação por sua imensurável competência e sabedoria, muito Obrigada!

...à nossa querida Parainfa Patrícia Camini por ter sido privilegiada de fazer parte da primeira turma por ela ministrada nesta faculdade, que marcou tão positivamente formando laços tornando-se nós inseparável.

...à minha querida Prof.^a Dra. Luciana Piccoli, pelo privilégio de ter sido sua aluna, enriquecendo minha formação docente, muito Obrigada!

... à minha querida Prof^a. Dra. Maria Luiza Flores, pelo privilégio de ter sido sua aluna contribuindo tão positivamente para minha formação, muito Obrigada!

...à nossa homenageada de honra Prof^a Dra. Roseli Hickmann, que bom poder homenageá-la como símbolo de nossa gratidão por fazer parte da nossa formação, muito Obrigada!

...à minha querida Prof^a Dr^a. Helena Dória Lucas de Oliveira por fazer parte da minha formação docente, muito Obrigada!

...ao Prof. Dr Paulo Albuquerque por enriquecer minha formação docente, muito Obrigada!

...à minha querida Prof^a Dr^a. Maria Beatriz Gomes da Silva, que deixou marcas impossíveis de esquecer com sua sabedoria, muito Obrigada!

...à minha querida Prof^a Dr^a Gladis Kaercher, por suas aulas inesquecíveis com muito humor e sabedoria, muito Obrigada!

...à minha querida Prof^a Dr^a. Liliana Giordani, que desde o primeiro semestre marcou muito positivamente minha trajetória por esta universidade, muito Obrigada!

...à minha querida Prof^a Dr^a Sandra Andrade, por ter ministrado momentos tão significativos na minha docência com tanta sabedoria, muito Obrigada!

...à minha querida Prof^a Fabiana Marcello, por ter participado da minha formação docente, muito Obrigada!

...à minha querida Prof^a Dr^a Darli Colares por fazer parte da minha formação docente, muito Obrigada!

...à minha querida Prof^a Dr^a Tânia Fortuna por fazer parte da minha formação docente, muito Obrigada!

...à minha querida Prof^a Dr^a Tânia Marques por fazer parte da minha formação docente, muito Obrigada!

...à minha querida Prof^a Dr^a Cláudia Freitas por além de fazer parte da minha formação docente numa das disciplinas que considero mais importantes, ter a gentileza de ter aceitado fazer parte da minha Banca na defesa do meu Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, muito Obrigada!

...à minha querida Prof^a Dr^a Dani Noal por ter a gentileza de aceitar meu convite para fazer parte da minha Banca na defesa do meu Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia, muito Obrigada!

...à minha querida Prof^a Dr^a Maria Beatriz Vargas Dornelles, por fazer parte da minha formação docente, muito Obrigada!

...aos meus queridos Professores Evandro Alves; Aline Lemos, por fazer parte da minha formação docente, muito Obrigada!

... a todas e todos os professores que possa ter esquecido de aqui reverenciar, muito OBRIGADA!

...à colega Patrícia Vieira que compartilhou comigo seus conhecimentos contribuindo na minha formação docente, muito Obrigada!

...a todos os professores do Colégio Aplicação onde conclui meu estágio obrigatório, por seu acolhimento e generosidade, muito Obrigada!

...em especial a esta instituição pública - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS da qual tive o privilégio e a honra de fazer parte como discente, me dando a oportunidade de concluir com êxito esta graduação através do corpo docente formado por doutores em Educação, contribuindo para minha formação docente do curso de Pedagogia, meus eternos agradecimentos.

“A forma mais profunda do aprendizado é o envolvimento afetivo.”

Célestin Freinet

RESUMO

Meu trabalho intitula-se: Inclusão Escolar: os desafios da formação inicial de professores, este trabalho tem como objetivo, analisar currículos de Licenciatura em Pedagogia das principais Universidades públicas brasileiras, para constatar quais disciplinas sobre Inclusão de alunos com deficiência são ofertadas ao longo do curso de graduação em Pedagogia, capacitando estes futuros docentes atuarem em sala de aula. Adotei uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo Estudo de Caso, utilizando como ferramentas análise documental, e um questionário destinado aos alunos do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul _ UFRGS. A problemática foi confirmada no meu Estágio de Docência de 4 a 7 anos em uma escola pública, na qual presenciei várias situações de alunos com deficiência, carentes de um apoio condizente com as situações por eles impostas. Ao analisar o currículo das universidades, foi possível traçar uma comparação visando identificar o melhor currículo na formação docente para a inclusão educativa. Um dos objetivos também era analisar os pontos convergentes e divergentes dos currículos no que se refere às leis relacionadas com a Inclusão. Minha investigação usou como suporte teórico os estudos realizados por Beyer que tem como foco a Educação Inclusiva; Perrenoud que trata da formação de professores; Freitas e Moreira que aborda a importância da formação de professores e inclusão escolar de pessoas com deficiência. Também foram consultadas leis que abordam a obrigatoriedade da Inclusão do aluno em sala de aula com apoio e acessibilidade necessários. Na análise curricular entre as cinco universidades públicas escolhidas foram possíveis constatar que a UFRGS é a que apresenta maior suporte no curso de graduação em Pedagogia referente às disciplinas de caráter obrigatórias, mas na análise do questionário encaminhado aos alunos de graduação foi possível constatar um grau elevado de insatisfações na percepção dos alunos, futuros docentes, com relação à sua formação o curso de Pedagogia. Confirmando que minha insatisfação torna-se pluralizada com as opiniões dos demais colegas, identificando as potencialidades e fragilidades do currículo do curso de Pedagogia, fortalecendo assim minhas convicções que precisamos ir a procura por cursos que nos capacitem para realizar uma inclusão com competência e qualidade.

Palavras chave: Inclusão. Formação Docente. Capacitação.

ABSTRACT

My work is entitled: school inclusion: the challenges of initial teacher training, this study aims to analyze curricula of degree in Pedagogy of the main public universities in Brazil, to see which disciplines on inclusion of students with disabilities are offered throughout the course of degree in Pedagogy, enabling these future teachers work in the classroom. I adopted a qualitative approach of type case study, using as documentary analysis tools, and a questionnaire for students of the course of pedagogy at the Federal University of Rio Grande do Sul _ UFRGS. The problem was confirmed in my Teaching internship of 4 to 7 years in a public school, in which I witnessed several cases of students with disabilities, in need of a support befitting the situations imposed by them. When you review the curriculum of the universities, it was possible to draw a comparison to identify the best curriculum in teacher education for the educative inclusion. One of the goals was also analyzing the convergent and divergent points of curricula with regard to laws related to Inclusion. My investigation used as theoretical support studies for Beyer that focuses on Inclusive education; Perrenoud that deals with the training of teachers; Freitas Moreira and that addresses the importance of teacher training and school inclusion of people with disabilities. Were also consulted laws that address the obligation of Inclusion of the student in the classroom with support and accessibility needed. Curriculum analysis among the five public universities chosen were possible the UFRGS is featuring greater support in the degree course in education referring to subjects of mandatory character, but in the analysis of the questionnaire sent to undergraduates was possible to note a high degree of dissatisfaction in the perception of the students, future teachers, with respect to its training course in pedagogy. Confirming that my dissatisfaction becomes plural with the opinions of other colleagues, identifying the potential and weaknesses of the curriculum of the course of pedagogy, strengthening so my convictions that we need to go to search for courses that enable us to perform an inclusion with competence and quality.

Key words: Inclusion. Teacher Education. Training.

SUMÁRIO

1	DESAFIOS INVESTIGATIVOS	11
2	CONCEITOS DE INCLUSÃO: PREOCUPAÇÃO X INQUIETAÇÃO ..	13
3	LEIS QUE REGEM A INCLUSÃO	16
4	CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES	22
5	METODOLOGIA	30
5.1	UNIVERSIDADES EM FOCO	31
5.2	ANÁLISE DOS CURRÍCULOS	35
5.3	QUESTIONÁRIO	39
5.3.1	Analisando os Resultados	39
5.3.2	Sobre as Sugestões	43
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESESPERAR JAMAIS	48
	REFERÊNCIAS	52
	APÊNDICE 1 Carta Enviada a COMGRAD	57
	APÊNDICE 2 Questionário (gráfico das respostas)	58
	APÊNDICE 3 Questionário (gráfico das respostas)	58

1 DESAFIOS INVESTIGATIVOS

Sabendo-se que a escola regular, deve estar pronta para receber “todos” alunos independentes das características que possam apresentar, assim como proporcionar um atendimento condizente com cada situação. Brasil (2009) diz que o princípio fundamental desta política é de que o sistema regular deve atender a diversidade do alunado, isto é, todos os que se encontram excluídos, frequentadores da escola. Foi presenciando situações excludentes a esse aluno com necessidades especiais em diferentes escolas, que surgiu meu interesse em fazer um levantamento em cinco Universidades públicas do nosso país, sugeridas como as melhores segundo Rankings/2015 para saber: De que forma as Universidades organizam o currículo do curso de Pedagogia para atender as demandas provenientes da Inclusão de alunos com deficiência?

Assim sendo o presente trabalho de conclusão discute o conceito de inclusão, a formação inicial de professores e o currículo para analisar os dados encontrados nas universidades escolhidas. A delimitação do estudo em cinco universidades foi devido a este ser um trabalho de conclusão do curso de graduação, não disponibilizando tempo hábil para uma abrangência maior. A temática da inclusão surge a partir do interesse pessoal por uma disciplina no primeiro semestre, a EDU 03052 – Educação Especial e Inclusão com a professora Liliana Ferreira Giordani, que despertou a importância de buscar uma capacitação para trabalhar a Inclusão, potencializada quando vivenciei situações no estágio obrigatório em uma escola pública.

A estrutura do texto é composta por 6 (seis) capítulos:

O capítulo 1 dedicado a **Introdução: Desafios Investigativos**

O capítulo 2 dedicado a: **“O Conceito de Inclusão”**: **Preocupação X Inquietação** com aportes teóricos de Hugo Beyer, Sasaki, Mittler; Mantoan, todos com a preocupação de um melhor acolhimento e inserção na sociedade, assim como a responsabilidade de oferecer um currículo adaptado para as necessidades especiais, e com a visão de que acolher um aluno na sala de aula não significa a inclusão.

No capítulo 3: **“Leis que regem a Inclusão”**: Organizei um histórico em ordem crescente das leis que regem a Inclusão, começando quando o conceito de

inclusão que foi por volta de 1990 com a Conferência Mundial de Educação para Todos e finalizando com a **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015.** Esta lei assegura e promove condições de igualdade, assim como o exercício dos direitos, além de conceituar quem é o sujeito com deficiência.

O capítulo 4 reporta “**Currículo e formação de professores**”. Aqui a minha preocupação foi fazer um apanhado junto ao último Ranking de 2015 das melhores universidades do Brasil, onde escolhi cinco Universidades públicas como: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade de São Paulo (USP); Universidade de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); fazendo uma busca em suas grades curriculares com intuito de obter informações sobre quais as disciplinas que abordavam a Inclusão para formação de professores. Evoco neste capítulo os teóricos Philippe Perrenoud, que trata sobre formação de professores e, Freitas e Moreira que relatam a importância dos cursos de graduação, sobretudo os de formação de professores.

No capítulo 5: “**Metodologia**”. Para realização do estudo será feita uma pesquisa qualitativa, com duas abordagens: documental através da pesquisa e análise dos currículos das cinco universidades escolhidas, para tomar conhecimentos de quais as disciplinas com estudo em Inclusão é disponibilizadas em seus currículos. E logo após um estudo de caso através de um questionário enviado via e-mail para alunos da Faculdade de Educação da UFRGS (FACED), e análise dos pareceres descritivos dos alunos que participaram.

No capítulo 6: **Considerações finais: Desesperar jamais!** Faço comentários sobre os resultados obtidos nas pesquisas e também de inquietações e possíveis soluções para amenizar as falhas na formação docente.

2 CONCEITOS DE INCLUSÃO: PREOCUPAÇÃO X INQUIETAÇÃO.

O conceito de Inclusão é discutido e refletido na área de educação, como algo que causa certa preocupação e inquietação, para **“atender”** todas as especificidades, que deveriam ter como objetivo o de acolher alunos para uma educação inclusiva, tendo o cuidado de não se tornarem “excludentes” devido ao desconhecimento deste conceito. Mantoan (2001, p. 24) "Estar junto é se aglomerar com pessoas que não conhecemos. Inclusão é estar com, é interagir com o outro". É acolher a diferença.

Bayer na Revista de Inclusão do MEC, cap. 8 fala sobre Vygotsky como talvez sendo o primeiro pensador...

[...] cujas ideias abordaram conceitos centrais do projeto inclusivo. Para isto, basta analisar o capítulo 3 (Acerca da psicologia e da pedagogia das deficiências infantis), da 1ª parte das Obras Escolhidas de Lev S. Vygotsky, Vol. V, Fundamentos de Defectologia (1997). Este texto constitui provavelmente a mais precoce e eloquente defesa da não segregação escolar dos alunos com necessidades especiais. A premissa básica da qual Vygotsky parte encontra-se no cerne de sua teoria sócio histórica, isto é, de que para o desenvolvimento infantil, e humano em geral, a sociogênese é condição fundamental. A condição para que a criança passe por transformações essenciais, que a tornem capaz de desenvolver estruturas humanas fundamentais, como a do pensamento e da linguagem, apoia-se na qualidade das interações sociais em seu grupo (família, escola, etc.).

A análise de (Beyer, 2003, p 01) educação Inclusiva seria “[...] uma ação mais efetiva do sistema educacional como um todo, no sentido de garantir (obviamente não a qualquer custo), a inserção e permanência do aluno com deficiência na escola regular.”

Para Sasaki (1997, p. 41) Inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si

mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.
(SASSAKI,1997, p.41).

É essa consciência que assegurará que a sociedade não será excludente com esse aluno.

Segundo Mittler (2003, p.16),

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais adequadas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão.
MITTLER(2003, p.16)

Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas àquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”.

As escolas na proposta de educação inclusiva devem se preparar para acolher os alunos com necessidades educacionais especiais, para que esses alunos sintam-se pertencentes ao grupo pelo qual façam parte, juntamente com um projeto bem elaborado, condizente com um currículo adequado, propostas pedagógicas inclusivas e professores preparados profissionalmente. As escolas devem estar preparadas para o acesso os alunos na educação infantil adequando os espaços que serão utilizados pelas crianças com deficiência.

Assinala Pacheco (2007 p.15) “A inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças que desejam matricular-se em sua localidade, em vez de esperar que uma determinada criança com deficiência se ajuste à escola (integração)”.

Beyer (2005) pontua o que seria a inclusão escolar, além de citar pontos importantes sobre a educação inclusiva. Segundo o autor, a evolução como conceito se dá nos anos 90, e não se refere apenas ao projeto quanto a sua autoria, mas, sobre a viabilidade pedagógica. Para discutir o assunto foram realizados dois encontros internacionais (Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien em 1990). Que aponta os princípios de uma educação especial, uma pedagogia centrada na criança. Em seguida apresenta propostas, direções e recomendações da estrutura de Ação em Educação Especial, como um novo pensar em educação especial, com orientações para ações em nível nacional e em níveis regionais e internacionais. As orientações e sugestões para ações em nível nacional são organizadas nos seguintes subitens:

- A) Política e Organização
- B) Fatores Relativos à Escola
- C) Recrutamento e Treinamento de Educadores**
- D) Serviços Externos de Apoio
- E) Áreas Prioritárias
- F) Perspectivas Comunitárias
- G) Requerimentos Relativos a Recursos

O outro encontro é a Conferência Mundial de Educação Especial, realizada na Salamanca, na Espanha em 1994, que de acordo com a Declaração de Salamanca discutiram sobre o assunto referente às necessidades educacionais especiais, “[...] aquelas que possuem necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola normal, a qual deve acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança capaz de atender às suas necessidades.” (UNESCO, 1995 apud PACHECO, 2007, p. 15).

Pode-se dizer que o conjunto de recomendações e propostas da Declaração de Salamanca, é guiado pelos seguintes princípios:

- Independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos;
- Toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades educativas especiais;
- A escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos as especificidades da escola;
- O ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças.

3 LEIS QUE REGEM A INCLUSÃO

1994- A Declaração de Salamanca repercutiu de forma significativa, sendo incorporadas as políticas educacionais brasileiras. É também considerada inovadora porque conforme diz seu próprio texto, ela:

[...] proporcionou uma oportunidade única de colocação de educação especial dentro da estrutura de “educação para todos” firmada em 1990[...] promoveu uma plataforma que afirma o princípio e a discussão da prática de garantia da inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais nestas iniciativas e a tomada de seus lugares de direito numa sociedade de aprendizagem. (DECLARAÇÃO, 1994)

1996- No Brasil, a legislação acompanhou esse processo de mudança de um modelo integrativo para um inclusivo. Iniciam na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN /96 no artigo V que trata da Educação Especial e passou por um largo processo de aumento gradativo dos processos inclusivos até finalizar no marco político de 2008 que se denominou Política Nacional da Educação Especial na perspectiva inclusiva (ver quadro 1)

A partir da LDBEN 9395/96 a Educação Especial é definida, como uma modalidade de educação escolar que passa por todas as etapas e níveis de ensino. Esta definição permite desvincular “educação especial” de “escola especial”. Tornando assim a educação especial como um recurso que beneficia a todos os educandos e que perpassa o trabalho do professor com toda a diversidade que constitui o seu grupo de alunos.

Baseando-se no artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que diz: Segundo o Art.58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9393 de 20 de dezembro de 1996; “entende-se por Educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de Educação Escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais”.

1999- Em 1999, o Decreto nº 3.298, regulamenta a Lei 7.853/89 e dispendo assim referente à Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, o documento define a Educação Especial “como uma modalidade transversa a todos

os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular”. (BRASIL, 2008)

A década abrangida entre 2000 e 2010 se destaca por seus movimentos e documentos divulgados pelo Ministério de Educação que caracteriza a educação especial no olhar da educação inclusiva nesta década.

2001- Na resolução CNE/CEB nº 02/2001, que institui diretrizes para educação Especial na Educação Básica em todas suas etapas e modalidades, afirma que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos visando a oferecer uma educação de qualidade para todos.

Educação Especial é:

[...] modalidade de educação escolar entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegura recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. (BRASIL, 2001 p. 1)

2002- A Resolução CNE/CP nº 1/2002 das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, diz que deve ser previsto pelas Instituições de ensino superior em sua organização curricular; formação docente com sua atenção voltada para a diversidade e seus conhecimentos deve estar contemplada sobre as características dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Lei 10.436/2- Reconhece a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como sendo um meio legal de comunicação e expressão, designando que sejam garantidas formas institucionalizadas para dar apoio ao seu uso e, divulgação como a inclusão da disciplina de LIBRAS como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

2003- Em 2003 surge o Programa Educação Inclusiva: direito a diversidade, uma iniciativa ministerial, com objetivo de ajudar os gestores educacionais na área da formação, visando um sistema educacional inclusivo para que os alunos com deficiência tenham o direito a uma educação de qualidade. Este programa está em

todos os estados brasileiros se tornando responsável de oferecer formação aos seus municípios de abrangência.

2004- Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento O Acesso de Estudantes com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de estudantes com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

2005- O Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso à escola dos estudantes surdos, dispõe sobre a inclusão das LIBRAS como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete das LIBRAS, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

2007- O Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso à escola dos estudantes surdos, dispõe sobre a inclusão das LIBRAS como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete das LIBRAS, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para estudantes surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

2008- O Decreto nº 6.571/2008, que dispõe sobre o apoio da União aos sistemas de ensino para ampliar a oferta do atendimento educacional especializado – AEE a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e estabelece o seu financiamento no âmbito do FUNDEB.

2009- Com relação às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o inciso VII, do § 1º, do artigo 8º, da Resolução CNE/CEB nº 05/2009, especifica que as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil devem prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos

e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

2010- De acordo com o artigo 41 da Resolução CNE/CEB nº 7/2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, o projeto político-pedagógico da escola e o regimento escolar, amparados na legislação vigente, devem contemplar a melhoria das condições de acesso e de permanência dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular, intensificando o processo de inclusão nas escolas públicas e privadas, buscando, portanto, a universalização do atendimento às necessidades específicas apresentadas.

2011- A fim de promover políticas públicas de inclusão social das pessoas com deficiência, dentre as quais, aquelas que efetivam um sistema educacional inclusivo, nos termos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, instituíram-se, por meio do Decreto nº 7.612/2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite.

2012- A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista é criada pela Lei nº 12.764/2012. Além de consolidar um conjunto de direitos, esta lei em seu artigo 7º, veda a recusa de matrícula às pessoas com qualquer tipo de deficiência e estabelece punição para o gestor escolar ou autoridade competente que pratique esse ato discriminatório.

2015- Lei 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 - CAPÍTULO IV Do Direito à Educação Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

O quadro abaixo representa um resumo de algumas leis das políticas em Educação Especial, que foram relatadas seguindo uma ordem cronológica desde a Declaração de Salamanca até a lei 13.146/2015.

Período	Políticas públicas no Brasil
1994	Declaração de Salamanca
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB 9.394/96
1999	Decreto 3.298- Regulamentando a lei nº 7.853/89.
2001	Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica Resolução CNE/CEB nº 2/2001
2001	Plano Nacional de Educação. PNE, lei 10.172/2001.
2001	Decreto nº 3.956/2001 promulgado a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadora de deficiência – Convenção de Guatemala (1999).
2002	Resolução CNE/CP nº 1/2002- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.
2002	Lei nº 10.436/02 – dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras).
2003	Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade MEC/SEESP
2004	Documento: O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular.
2005	O Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando ao acesso à escola dos estudantes surdos, dispõe sobre a inclusão das LIBRAS.
2007	Decreto nº 6.094/2007 – Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação
2008	Decreto nº 6.571/2008 – instituindo a política de financiamento para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).
2009	Resolução CNE/CEB nº 05/2009 – Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação básica, modalidade Educação Especial.

2010	O artigo 41 da Resolução CNE/CEB nº 7/2010, que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
2011	Decreto nº 7.612/2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite.
2012	Lei nº 12.764/2012. - A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista
2015	- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - capítulo IV do Direito à Educação art. 27.

Quadro 1- linha histórica da Política em Educação Especial no Brasil
Fonte: Acervo pessoal

4 CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Neste capítulo apresento uma análise referenciando vários teóricos e trabalhos sobre a importância da formação de professores para Inclusão no curso de graduação em Pedagogia.

Após realizar a revisão de literatura no Portal de Dissertação e Teses da CAPES, onde encontrei 196 trabalhos, que após refinar por área de conhecimento ficou com 122 trabalhos em educação e para restringir mais eu selecionei os trabalhos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS que constavam como sendo sete trabalhos, mas somente quatro tinham relação com a formação de professores para Inclusão, Alberti, (2011); Meirelles (2011); Soares (2011); Delevati (2012); Prieto (2007), Figueiredo (2002). Beyer (2007); Jesus (2006) e Freitas, Moreira (2011); Silva (2012).

Alberti (2011) entende que a formação profissional a distância mudou a forma de pensar e de agir desses professores-alunos, desenvolvendo seu psiquismo e transformando-os tanto na sua dimensão pessoal quanto na sua dimensão profissional, o que abre perspectivas para estudos mais avançados sobre a qualidade dos cursos na formação profissional de professores. Esta formação a distância qualificou e reorganizou as ações mediadoras dos planejamentos de temas desafiadores como a Inclusão e outros.

Beyer (2007) buscou auxiliar e agregar subsídios na tentativa de adaptar as escolas e as práticas educativas aos alunos com necessidades especiais, caracteriza as falhas e faltas do atendimento. O resultado da pesquisa que ele realizou, descreve exatamente tudo aquilo que infelizmente ao término do curso de graduação em Pedagogia pude constatar, e que me levou a pesquisar o currículo de cinco Universidades, para ver qual o preparo disponibilizado para capacitar futuros pedagogos. Uma observação é que este problema, já vem se alastrando de muitos anos, e por constatação própria, poderia dizer que não houve grandes avanços que cubram estas lacunas, pois não adianta salas de recursos com materiais especializados se não houver quem saiba aplica-los devidamente, de modo que haja um crescimento significativo deste aluno de inclusão. O que diz a pesquisa:

Beyer (2007) Após pesquisa realizada em duas escolas públicas estaduais, uma no município de Santa Maria e outra em Porto Alegre; uma escola pública

municipal em Porto Alegre e uma escola particular também no município de Porto Alegre, com perguntas sobre como teria sido seu primeiro contato com a ideia/proposta de educação inclusiva. As respostas dos professores e alunos. Apresentaram como resultado apontando para os seguintes aspectos e preocupações: (BEYER, 2007 p.78).

- Por parte dos professores:

- a) o sentimento de desafio diante do projeto de educação inclusiva e a busca por apoio pedagógico;
- b) a importância da prática e da formação continuada;
- c) a importância do apoio da equipe pedagógica, do intercâmbio entre professores e a composição favorável da infraestrutura escolar;

- Por parte dos alunos:

- a) a importância da atenção pedagógica diferenciada ao colega com necessidades especiais, porém sem discriminação;
- b) a convivência em sala de aula representa a oportunidade de aprendizagens recíprocas – não há a premissa da superioridade dos alunos “normais”.

Após ele ter este posicionamento, resolveu perguntar a comunidade escolar referente ao projeto inclusivo quais os princípios que poderiam auxiliar.

- Primeiro princípio foi o da “Individualização do ensino”. Não tem como dar conta de qualidade pedagógica se não for preservada a individualidade.

- Segundo princípio é o do “Bi docência”

-Terceiro princípio é a “Redução numérica”

- Reformulação do currículo.

Vários fatores ameaçam e comprometem a acessibilidade dos alunos com deficiência, desde a parte física das escolas dificultando seu acesso, ocasionando um aumento considerável de repetência e evasão na escola. Trata-se de condição essencial, o acesso relaciona-se com a circulação, o ingresso à passagem deste aluno, e a acessibilidade significa ter a sua disposição materiais e recursos humanos.

A Inclusão quando não respeitada na rede escolar regular sofre punições através de denúncias, onde o Ministério Público fiscaliza para garantir o cumprimento das leis. O Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Especial não tem como objetivo punir, mas sim que as escolas entendam seu papel e as leis fazendo com que tudo seja colocado em prática.

Prieto (2007) relata que os cursos de formação inicial e continuada devem ser o ponto referencial, garantindo assim uma qualificação dos professores na educação especial capacitando-os a uma avaliação correta no processo de ensino e aprendizagem adequando a cada situação, para garantir uma educação de qualidade.

[...] qualificá-los para analisar diversas situações que envolvem processos de ensino e de aprendizagem e para propor alternativas adequadas a cada uma delas, visando a garantir o direito de todos à educação de qualidade. (PRIETO, 2007, p.282)

No desenvolvimento da postura reflexiva, é preciso formar o *hábitus* e favorecer a instalação de esquemas reflexivos. (Bourdieu, 1972,1980). Ele considera que o *hábitus* como sendo o nosso esquema de pensamentos, de percepção, de avaliação e de ação; é a “gramática geradora” de nossa prática (Perrenoud, 2002). Isso tudo pra dizer que as nossas ações possuem uma memória, que não é somente de saberes que são representadas por impulsos, mas de situações que marcam muito mais, pois foram vividas tornando-se representativas, este *hábitus* deveria fazer parte da nossa formação, onde nosso currículo oportunizasse situações reais de convivência com alunos especiais de classes regulares, ao longo do curso e não somente nos últimos dois semestres da mini prática e estágio. Em conexão com as ideias de Jorge Larrosa (2002), quando ele fala: “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca; não o que se passa não o que acontece ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”. (LARROSA, 2002, p. 21).

Eu acredito que as experiências são como algo que marca e dá sentido aos nossos objetivos. Não adianta nos limitarmos a base, sustentada pelo curso de graduação disponibilizando praticamente a parte teórica, que apesar de ter sua importância, pois dá todo embasamento para nossas articulações como educadores, fica desconectado se não abarcar a experiência da prática. Poder colocar tudo aquilo que aprendemos teoricamente a prova, seria uma maneira de vermos se realmente estamos capacitados ou não. Sem contar que cada experiência vivida é única, e irá alterar o modo de cada um aprender.

Figueiredo (2002). Pensar da educação especial me remete imediatamente às políticas educacionais travadas em prol de assegurar um lugar à diversidade. Para Figueiredo (2002) a mudança inicia-se:

[...] começando por desconstruir práticas segregacionistas. [...] a inclusão significa um importante avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais, visto que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais". (FIGUEIREDO, 2002 apud JESUS, 2006, P.97).

Silva (2012) destaca a importância da construção de políticas de formação continuada, com vistas a constituir uma escola realmente inclusiva. Sua exposição é que não se deve querer nada pronto e sim acreditar num professor reflexivo que questiona e investe na busca de questionamentos.

Freitas (2006) A verdade é que, "não são os dispositivos legais que definem, por si só, o projeto educacional, mas a forma como essa legislação é operacionalizada na realidade escolar" (FREITAS, 2006, p.146), mas isso dependerá muito de como os educadores interpretam e colocam em prática essas leis.

"[...] é preciso trazer à baila a importância dos cursos de licenciatura definir coletivamente princípios e objetivos comuns que possibilitem um trabalho articulado entre professores que atuam na formação pedagógica e na formação específica." Pois nesta perspectiva, a proposta de formação de professores pode ser permeada por princípios mais inclusivos. (MOREIRA, 2007 apud JESUS, p 269).

Perrenoud (1999, p.8) "O progresso da escola é indissociável de uma profissionalização crescente dos professores". Os projetos da escola devem estar sempre associados com a profissionalização dos professores, sua qualificação assim como uma carreira aperfeiçoada e sempre renovada.

Na LDBEN/96 e reiterado pela Resolução 2/01 estão previstos "professores do ensino regular capacitado para integração desses educandos nas classes comuns" e "professores com especialização adequada (...) para atendimento especializado" (art. 59, III e art. 18, na devida ordem).

Se o previsto na legislação for respeitado e implantado, os sistemas de ensino deverão investir no ingresso de professores para as classes comuns com prévios conhecimentos sobre o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais. (BARRETO, 2007 P, 282)

A necessidade de transformação na qualidade do trabalho educacional se rebelou a partir de todas as mudanças com as políticas de Inclusão na educação escolar. O professor passou a ser o elemento principal para o sucesso dos processos de mudança propostos.

A partir disso se instalou uma grande preocupação com a formação dos professores. Na LDB houve a regulamentação da formação dos professores com indicação para sua formação inicial (Art. 62)

[...] define que a formação para o ensino básico deve ser realizada através de licenciatura de graduação plena, mas permite que a formação de professores para educação infantil e para as quatro primeiras séries de ensino fundamental seja oferecida “em nível médio, na modalidade normal”, e continuada (Art. 1, 67, 80, 87) e especificamente ao atendimento às pessoas com deficiência, ao indicar para a necessidade de “professor com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professor do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”. (Art.59)

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem.

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação à distância;

Ao chegarmos ao final do curso de graduação em Pedagogia sentimos a falta de preparo como professores para Inclusão, e é sobre isto que tratam as autoras Freitas e Moreira (2011):

[...] é consenso à importância de que os cursos de graduação, sobretudo os de formação de professores, incluam conteúdos e disciplinas na área das necessidades educacionais especiais em suas matrizes curriculares, mesmo que isso, por si só, não garanta a qualidade profissional dos futuros professores, nem a inclusão escolar dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Entretanto, a inexistência de espaços no currículo para se abordar essa temática é mais um agravante, para não se concretizar uma reeducação inclusiva a esse alunado (FREITAS; MOREIRA, 2011, p. 70).

Jesus (2006) partindo das dificuldades e falhas que ficam durante o curso de graduação, a formação continuada é muito necessário para compor e recompor estas necessidades. A autora fala também que esta formação continuada deve ser refletida e debatida com o formador.

Assim, faz-se necessário trabalhar com os profissionais da educação, de maneira que eles, sendo capazes de compreender as próprias práticas e de refletir sobre elas, sejam também capazes de transformar lógicas de ensino. (JESUS, 2006, p. 97).

Nóvoa (1995) ressalta que não existe uma fórmula para formação de professores, mas sim uma troca de experiências. “É preciso quem se realizam trocas e partilhas de experiências nas escolas e universidades, criando progressivamente uma nova cultura no preparo dos profissionais da educação” (NÓVOA, 1995, p.33-42). A formação de professores deve ser vista como uma renovação permanente, algo integrado no dia-a-dia dos professores e das escolas e não como uma função à margem dos projetos profissionais e organizacionais. (McBRIDE 1989 apud NÓVOA, 1995).

A formação de professores se torna defasada na medida em que além de ser ofertada nas Universidades uma carga horária muito aquém das necessidades, deveria ser usado o método como, segundo (RODRIGUES; LIMA-RODRIGUES, 2011) “defendemos a formação de professores, tanto quanto possível, deve ser “isomórfica”, ou seja, que os estudantes devem ser formados passando por estratégias e metodologias semelhantes às aquelas que eles usarão como profissionais.” Nossa formação se restringe a metodologia teórica, que, sem dúvida, é importante, mas na hora de pôr em prática muitas vezes se tornam distantes das realidades latentes, descaracterizando a sua finalidade. Não acho que devam existir receitas prontas para atuarmos em sala de aula com necessidades especiais, mas concordo que deveríamos ter um maior esclarecimento sobre as diversidades de casos com necessidades especiais, como identifica-las? Como atuar com este aluno de maneira que se sinta incluído na turma? Quais os cuidados com o atendimento a turma para que não se sintam excluídos? São muitas perguntas sem respostas, que causam inquietações no final do curso.

Nas palavras de Moreira (2007) “Os professores que estão atuando na educação básica apontam para muitas dificuldades enfrentadas na sala de aula para trabalhar adequadamente com aluno NEE.” (MOREIRA 2007, p. 268) Essa dificuldade advém certamente da falta de preparo destes professores desde a sua formação inicial, a falta de programas de educação continuada, falta de estrutura física de muitas escolas para adequar as necessidades deste aluno de inclusão,

Perrenoud (1999) “A universidade parece ser o lugar, por excelência, da reflexão e do pensamento crítico. Pode-se então ser tentado a dizer que formar os professores segundo esse paradigma é uma tarefa “natural” das universidades.” (PERRENOUD, 1999, p. 14). São citadas pelo autor com referência aos currículos, às tendências são as de estudar as teorias da educação de maneira que se torne indispensável para sua formação e ficando de lado ou em outro patamar a crítica e reflexão da atuação docente, só aparecendo nos trabalhos ou estágios no final do curso. Estão dentro das competências que segundo Perrenoud (1999), são dispositivos de formação de competência imprescindíveis:

Organizar e dirigir situações de aprendizagem; administrar a progressão das aprendizagens; conceber e fazer evoluir dispositivos de diferenciação; envolver os alunos em sua aprendizagem e seu trabalho; trabalhar em equipe; participar da administração da escola; informar e envolver os pais; utilizar novas tecnologias; enfrentar os deveres e dilemas éticos da

profissão; administrar sua própria formação continuada. (PERRENOUD, 1999, p. 14).

Para encerrar este capítulo sobre a formação de professores para a inclusão encontrei nas palavras de Perrenoud (2008, p, 125) uma reflexão sobre o assunto:

Esta é a nova configuração de competência e de situação-problema: preservar o passado como organizador de nosso presente naquilo que ele tem de melhor e organizar um presente em nome desse futuro, com suas incertezas, com sua loucura, com sua insensatez e, ao mesmo tempo, com tudo de esperança, de abertura, de novidade, de facilidades que ele pretende proporcionar-nos. PERRENOUD (2008, p. 125).

É com este propósito que sigo meu caminho, a procura de novos horizontes, nunca deixando de lado a esperança de alcançar o tão fadado objetivo alvo de tantos TCCs (Formação de professores para inclusão) na procura de uma resposta que cale e complete toda esta insegurança cujo comprometimento de organizar este futuro é imensurável. Um futuro que abrace, acalente, responda e organize, forme e informe todo aquele que tem direito ao saber. Interpretando quando Perrenoud (2002, p. 181) fala sobre a construção de saberes na formação de professores é um verdadeiro desafio, precisa estar pronto para as autotransformações usando a reflexão fundamentada nos teóricos, motivados sempre por desenvolver competências atingindo assim situações em que se aprende “a fazer o que não se sabe fazer fazendo” (Meirieu, 1996). E para esclarecer algumas dúvidas, foi que realizei esta pesquisa tornando explícita minha metodologia a seguir.

5 METODOLOGIA

A abordagem da minha pesquisa é sobre a Inclusão Escolar: Os Desafios da Formação Inicial de Professores; escolhi este tema devido minha inquietação sobre a formação que nós discentes e futuros docentes temos a disposição, despertando em mim a curiosidade de saber se esta situação também seria recorrente em Universidades de outros Estados. Minha indagação seria quantas disciplinas voltadas a Inclusão de alunos com deficiência são disponibilizadas aos discentes de outras Universidades, para que haja suporte mais condizente com as obrigatoriedades e responsabilidades que somos implicados segundo as leis de Inclusão.

Como se trata de um trabalho de conclusão de curso, e tendo um tempo hábil para apresentar os resultados, optei para estudo realizar uma pesquisa qualitativa com uma abordagem documental por meio de informações obtidas através dos currículos das cinco universidades investigadas, e também um questionário enviado via e-mail para alunos do curso de graduação em Pedagogia. Com este apanhado de informações realizei um estudo de caso através da análise dos resultados obtidos e dos pareceres descritivos dos alunos. Nas palavras de Sturman (1988), estudo de caso é:

[...] um termo genérico para a pesquisa de um indivíduo, um grupo ou um fenômeno. Enquanto que as técnicas usadas nessa pesquisa podem variar e incluir tanto enfoques qualitativos como quantitativos, a característica que mais atinge o estudo de caso é a crença de que os sistemas humanos desenvolvem uma completude e integração, isto é, não é simplesmente um conjunto de partes ou traços [...] (STURMAN 1988, P. 61).

Por conseguinte, minha preocupação com a formação docente para inclusão de alunos com deficiência, está ligada diretamente a todo contexto que abarca o curso de Pedagogia.

Utilizei como ferramenta uma análise documental após apanhado obtido na Folha UOL, referente ao Ranking/2015 das melhores universidades segundo conceito do MEC. Realizei uma seleção aleatória optando por cinco Universidades públicas sendo elas: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); a

Universidade de São Paulo (USP); a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e a Universidade de Campinas (UNICAMP), após a seleção realizei apanhado geral, sobre as grades curriculares de cada Universidade escolhida como fonte de informação, procurando desvendar qualquer dúvida sobre alguma disciplina que não estivesse explicitando o assunto do qual abordava. Estas dúvidas foram sanadas através do histórico de cada disciplina, obtidos através de pesquisa em site de cada Universidade na grade curricular. As informações estão representadas em quadros individuais das Universidades com as respectivas disciplinas selecionadas com o foco da Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais, e sua carga horária de caráter (Obrigatória Eletiva ou Optativa). Estes dados foram analisados e representados num gráfico deixando visível a realidade que norteia a nossa educação. Estes quadros estão a seguir discriminados:

5.1 UNIVERSIDADES EM FOCO:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

GRADE CURRICULAR DA UFRGS				
INCLUSÃO				
CÓDIGO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	CREDITOS	CARÁTER
EDU03052	EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO	45	3	Obrigatória
EDU03071	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	30	2	Obrigatória
EDU01056	EDUCAÇÃO ESPECIAL, DOCÊNCIA E PROCESSOS INCLUSIVOS.	30	2	Obrigatória
EDU03070	EDUCAÇÃO DE SURDOS	45	3	Eletiva
EDU03085	ACESSIBILIDADE E TECNOLOGIA	45	3	Eletiva

	ASSISTIVA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA			
EDU01013	INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	30	2	Eletiva
EDU03076 EDU03071	LIBRAS 2 LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	45	3	Eletiva

Quadro: 2 Grade curricular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Fonte: Acervo pessoal

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul- **UFRGS** contempla a Inclusão no currículo com 3 (três) disciplinas obrigatórias, e a opção de 4 (quatro) disciplinas Eletivas.

Obs.: Não destacarei aqui as disciplinas oferecidas na educação continuada como Pós, Mestrado e Doutorado.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

GRADE CURRICULAR DA USP				
Inclusão				
4800700	Educação Especial – Fundamentos, Políticas e Práticas Escolares.			Obrigatória
EDF 665	LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais			Obrigatória
EDF0723	Diversidades, Desigualdades e Educação: Aportes Teóricos e Estudos Contemporâneos;			Optativa
EDF0684 -	Educação Especial: abordagens e tendências na Área da Deficiência Mental;			Optativas
EDA0644	Políticas de			Eletivas

	Atendimento a Alunos com Necessidades Educacionais Especiais			
EDA0690	Políticas Sociais e Educação Especial: a Construção de Práticas Inter setoriais			Eletiva
EDF0682	Educação e Infância Problemática: Elementos de Psicanálise e Educação Especial			Eletiva
EDF0684	Educação Especial: Abordagens e Tendências na Área da Deficiência Intelectual			Eletiva
EDF0685	Educação Especial: Abordagens e Tendências na Área da Deficiência Visual			Eletiva

Quadro: 3 Grade curricular da Universidade de São Paulo (USP)
Fonte: Acervo pessoal

A Universidade de São Paulo – **USP** apresenta 2 (duas) disciplinas obrigatórias, 2 (duas) Optativas e 5 (cinco) Eletivas no currículo de Pedagogia.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

GRADE CURRICULAR DA UFRJ				
Inclusão				
- EDF607	Fundamentos da Educação Especial	60	4	Obrigatória
-EDD636	Comunicação II - libras	30	3	Obrigatória
<u>EDF002</u>	Inclusão em Educação	45	3	Eletiva

Quadro: 4 Grade curricular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Fonte: Acervo pessoal

A Universidade Federal do Rio de Janeiro apresenta 2 (duas) disciplina Obrigatória e uma Eletiva de Inclusão.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS- UFMG

GRADE CURRICULAR DA UFMG				
Inclusão				
LET 223	Libras			Obrigatória
<u>CAE 148</u>	<u>Fundamentos da Educação Inclusiva -</u>	60	4	Obrigatória
MTE040 Turma: O16	Surdez e Educação: aspectos teórico-metodológicos que envolvem o uso da libras e da língua portuguesa no contexto escolar			Optativa

Quadro: 5 Grade curricular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Fonte: Acervo pessoal

Na Universidade Federal de Minas Gerais apresenta 2(duas) disciplinas obrigatórias e 1 (uma) Optativa de Inclusão.

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS - UNICAMP

GRADE CURRICULAR DA UNICAMP				
INCLUSÃO				
EP529	Educação de Surdos e Língua de Sinais			Obrigatória
EP810	Seminário de Educação Especial			Optativa

Quadro: 6 Grade curricular da Universidade de Campinas (UNICAMP)

Fonte: Acervo pessoal

Na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP apresenta 1 (uma) disciplina obrigatória e 1 (uma) Optativa de Inclusão.

5.2 ANÁLISE DOS CURRÍCULOS

Após levantamento de dados referentes às cinco Universidades públicas para saber: Qual o preparo, disponibilizado nos cursos de graduação em Pedagogia para Inclusão com o propósito a formação de professores? Concluo que:

Na grade curricular da **Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)**, observei que faz parte do curso de graduação em Pedagogia, três disciplinas de caráter obrigatório, e destaco a LIBRAS por sua obrigatoriedade segundo a lei dez/2015.

Obrigatoriedade da disciplina de LIBRAS com o decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, após o reconhecimento a LIBRAS como uma das línguas oferecidas no país através da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Segundo decreto;
Art.3º- A LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

E as demais são: Educação Especial e Inclusão é a primeira disciplina oferecida, e é exatamente onde obtemos a conscientização e responsabilidade da importância de tratar o assunto. A terceira e última é oferecido à disciplina de Inclusão após o estágio Educação Especial, docência e processos inclusivos, no último semestre, ficando totalmente fora de contexto, pois se fosse disponibilizada antes do estágio, certamente teria nos auxiliado a enfrentar várias situações que se apresentaram neste percurso. As eletivas oferecidas serão do interesse de cada um em fazê-las, que pela falta de experiência só nos damos conta da necessidade de informação para o preparo, quando estamos no estágio convivendo com a realidade dos fatos. Seria de grande valia se todas fossem as disciplinas de Inclusão fossem Obrigatórias.

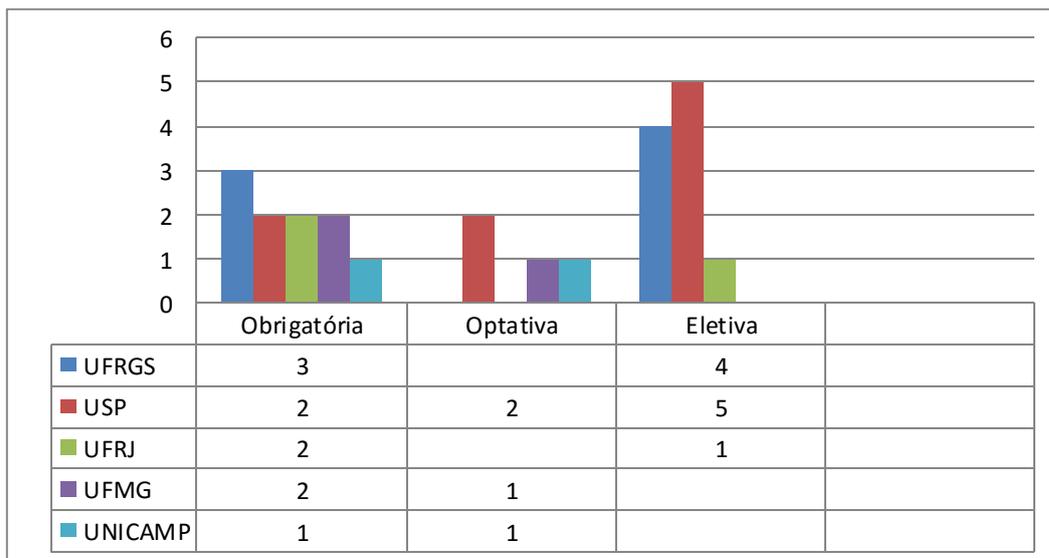
Na grade curricular da **Universidade de São Paulo (USP)** são oferecidas no curso de graduação duas disciplinas, a de LIBRAS, e outra sobre Fundamentos Políticos e Práticas Escolares; duas Optativas uma referente à Diversidade e Desigualdade da educação; e outra direcionada a parte clínica sobre a Deficiência Mental. Como eletivas oferece cinco disciplinas: duas na área da política, uma abordando a problemática da Psicanálise na Educação Especial; outra que trata a diferença Intelectual; e uma que referencia as tendências na área da Deficiência Visual, fechando assim sua grade curricular do curso de graduação em Pedagogia.

Na grade da **Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)** apresenta a sua grade curricular com duas disciplinas obrigatórias: A disciplina de LIBRAS e outra sobre Fundamentos da Educação Especial. E somente uma eletiva sobre Inclusão na Educação.

Na grade na **Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)** sua grade curricular apresenta a disciplina LIBRAS e Fundamentos da Educação Inclusiva como obrigatórias; e uma Optativa relacionada com Surdez na Educação, que se relaciona com o uso de LIBRAS e da Língua portuguesa no contexto escolar.

Na grade da **Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)** apresenta somente a disciplina LIBRAS como obrigatória e uma disciplina como Optativa de Seminário de Educação Especial.

Com essa breve análise das grades curriculares das cinco Universidades selecionadas concluiu que: A **UFRGS** no que se refere às disciplinas Obrigatórias comparada com as outras Universidades, apresenta um maior número de disciplinas dedicadas a Inclusão de alunos com deficiência. A **USP** apresenta uma eletiva e duas optativas a mais que as outras Universidades. A USP, UFRJ, UFMG apresentam o mesmo número de Obrigatórias, a única que apresentou um índice mais baixo de disciplinas disponibilizadas foi a UNICAMP com uma Obrigatória e uma Optativa.



Quadro nº 7: Representativo das frequências das disciplinas de Inclusão

Fonte: Acervo pessoal

Este quadro representa uma pequena parte da realidade negativa, que aflora numa necessidade de ter maior preocupação com esta falha na formação docente, mesmo sendo uma lei ainda recente na sua obrigatoriedade, a realidade presente em sala de aula clama por um disparador de atitudes, reconhecimentos e qualidades na formação docente, para que se efetivem os princípios de uma educação que se propõe inclusiva. É preciso uma conscientização maior dos cursos oferecidos nas universidades.

Sirvo-me das palavras de Jesus (2006) para explicar o papel da universidade no momento atual:

Parece-nos fundamental que a Universidade, como agência formadora, assuma com os sistemas de ensino a responsabilidade de participar de uma rede de iniciativas que ofereça suporte aos profissionais da educação, de forma a contribuir no processo de inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino comum. (JESUS, 2006, p.96)

É um compromisso das universidades ter um olhar especial e promissor que contribua para a construção de um sistema educacional com uma perspectiva inclusiva, é muito importante esta parceria ter uma preocupação com a educação como um todo, e não apenas relativo a ensino e aprendizagem de alunos com deficiência.

Garcia (2008, p.21) faz um comentário muito oportuno:

Ainda que a implantação de serviços especializados nas redes de ensino, signifiquem um ganho em termos de oferta educacional pública para alunos com deficiência, é necessário questionar qual o papel exercido por tais serviços e como estão relacionados ao trabalho pedagógico realizado na educação básica. (GARCIA, 2008, p.210).

Um cuidado para que a educação especial não fique reduzida ao atendimento educacional especializado, ou somente um trabalho desenvolvido na sala de recursos.

As informações obtidas nortearam minha indagação, levando-me a formular um questionário individual, atentando para diversidade de opiniões que irei me deparar. Ele é composto por cinco perguntas, sendo as três primeiras objetivas e as duas últimas com respostas dissertativas, uma o aluno deverá expor suas opiniões, referentes à insatisfação perante as disciplinas disponibilizadas na sua formação docente, e a outra solicitando sugestões de um preparo mais condizente, com a nossa situação atual em sala de aula, para que realmente efetive uma inclusão de qualidade a alunos com necessidades especiais.

Foi direcionada a COMGRAD uma carta (Apêndice 1) solicitando autorização para enviar via correio eletrônico às perguntas referentes ao questionário acima descrito, para alunos do curso de Pedagogia de todos os semestres, com objetivo de através dos dados obtidos poder medir, o grau de satisfação na sua formação docente.

O questionário continha as seguintes perguntas:

Para elucidar a definição de “Questionário” busquei nas palavras de Gil (1995) que diz:

[...] pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

5.3 QUESTIONÁRIO

PESQUISA DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA.

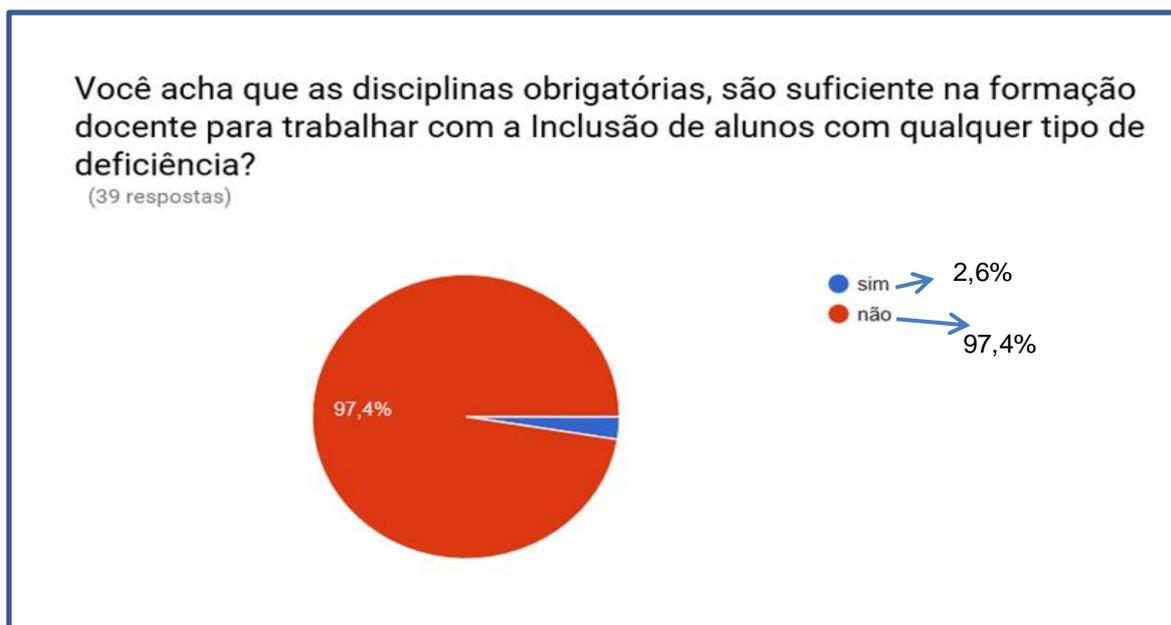
Gostaria de contar com sua colaboração, para preencher este questionário cuja finalidade é realizar uma pesquisa junto aos alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia, desta universidade para contribuir com meu Trabalho de Conclusão de Curso TCC, referente à formação de professores para trabalhar com a Inclusão.

- 1) Em que semestre você está?
- 2) Quais das seguintes disciplinas você já cursou?
- 3) Você acha que as disciplinas obrigatórias, são suficientes na formação docente para trabalhar com a Inclusão de alunos com qualquer tipo de deficiência?
- 4) Você acha que as eletivas que o curso disponibiliza para Inclusão, são suficientes para sua formação? Justifique
- 5) Que sugestões você teria para acrescentar na formação docente para trabalhar com a Inclusão em sala de aula?

5.3.1 Analisando os resultados:

Na opinião de Cully (1981), “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse [...]” e para Guba e Lincoln (1981) “destacam além dos documentos serem uma fonte estável e rica, eles podem ser consultados várias vezes e por longo tempo, e servem de base para outros estudos.” O motivo pelo qual usei a análise documental foi para validar meu objetivo através de informações que comprovaram que ainda não faz parte da grade curricular das universidades, uma preocupação em adequar o preparo docente para atuar na inclusão de alunos com necessidades especiais, com todas as especificidades que são cabíveis.

Nesta pergunta obtivemos 97,4% de respostas negativas referenciando a falta de disciplinas obrigatórias para trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades especiais. E 2,6% das pessoas acham que sim temos disciplinas suficientes.



Quadro 9: Tabela percentual das respostas (Anexo 2 e 3)
Fonte: Acervo pessoal

Analisando as respostas do questionário sobre:

Você acha que as eletivas que o curso disponibiliza para Inclusão, são suficientes para sua formação? Justifique.

Obtive várias respostas e fiz um apanhado eliminando as que tinham o mesmo significado tornando repetitiva minha análise,

Nas respostas com o **“Não”**

“[...] a formação e especialização **acontece de maneira pouco aprofundada**” [...] sabe-se muito pouco referente aos tipos de necessidades especiais, como identificá-los, como efetivar realmente a inclusão, como não rotulá-los, como avaliar estes alunos? São muitas perguntas sem respostas. “[...] elas servem para uma base, **não como formador de um educador inclusivo**”[...] Exatamente isto serve de base mas não dá nenhuma sustentação e segurança de estar agindo de maneira correta

com este aluno. [...] “não há nenhuma **que oriente a como adaptar uma aula para cegos**” [...]; Assim como a LIBRAS o BRAILE deveria ser obrigatório, em nenhuma disciplina nos é dada informação de como trabalhar com o aluno cego, que materiais adaptar, como adaptar, mais perguntas que ficam no eco da minha insatisfação. “[...]acho **necessária uma especialização**” [...]; concordo pois terminamos o curso sabendo muito pouco de algumas coisas e nenhuma especialização que possa garantir minha contribuição para fazer vales as leis que regem a Inclusão de alunos com Necessidades Especiais em sala de aula. “[...], **pois as cadeiras costumam estar muito distantes da prática docente**” [...]; não só distantes como muitas vezes fora do contexto, como no último semestre termos a disciplina de inclusão, que se torna inadequada pois deveria ser disponibilizada durante o curso para nos servir de um pouco de apoio na nossa prática docente, faria muito mais sentido. “[...] de maior apoio na **questão de materiais e ações pedagógicas**” [...]; certamente nesta questão de materiais pedagógicos ficamos muito aquém das necessidades, pois o único contato que tivemos foi agora no 8º semestre quando visitamos uma escola de Inclusão “Jean Piaget” que após uma entrevista com a professora Nadir Zago nos apresentou alguns materiais para trabalhar com alunos com necessidades especiais. “[...] **pois são poucas e também são oferecidas em horários** que nem todos tem possibilidade” [...]; concordo com a afirmativa do colega pois os horários muitas vezes não nos dão condições de aprimorarmos através das eletivas oferecidas. “[...] **a apenas uma cadeira aborda as intervenções**” [...]; esta eletiva que aborda intervenções é muito parecida com a disciplina do 8º semestre, pouco acrescentando aos nossos conhecimentos. “[...] seriam necessárias **mais disciplinas com mais créditos**” [...] minha sugestão é que cada semestre abordasse alguma disciplina de Inclusão. Estas respostas vêm confirmar e potencializar minhas análises de forma efetiva no que diz respeito à capacitação de futuros docentes para tornar possível uma Inclusão com responsabilidade e de qualidade na formação do aluno com necessidades especiais

Você acha que as eletivas que o curso disponibiliza para Inclusão, são suficientes para sua formação? Justifique.



Quadro 10: Representação através de um mapa conceitual de algumas respostas
Fonte: Acervo pessoal

Aquelas respostas que foram afirmativas como, “**Sim**”:

[...] porque dentro da expectativa de tempo e espaço da instituição, há o oferecimento destas disciplinas de inclusão. Cabe ao futuro profissional da educação

continuar sua formação de forma coerente e significativamente com sentido para si próprio quanto para a educação.

Acredito que as eletivas auxiliam no processo de formação, mas disciplinas que tratem de forma mais específica transtornos mentais fazem muita falta. Seria interessante que a faculdade repensasse o currículo da pedagogia, abrindo espaço para que se possam cursar as eletivas também no horário da manhã. Grande parte dos alunos trabalha no período da tarde/noite e encontra dificuldade de cursar disciplinas eletivas.

Acredito que sim, a julgar pelo grande número de professores e técnicos que compõe a frente da inclusão na FAGED e a quantidade de eletivas da área.

É uma base. Assim como para a EJA e outras áreas também muito importantes. A formação vai depender dos estágios e experiências que vamos obtendo ao longo da graduação e na vida.

Acredito que a intenção dos cursos de pedagogia atualmente é de formar profissionais generalistas, e que eles devam se especializar em cursos de pós-graduação. Desta maneira me parece que tais disciplinas buscam apenas dar uma visão geral do que poderemos encontrar em sala de aula, e assim sendo, considero que elas são suficientes para tomar contato com a temática, mas não me parecem suficientes para que o estudante atue com inclusão.

5.3.2 Sobre as sugestões:

Foram mencionadas várias sugestões, que trago algumas aqui de forma sintética:

- Maior contato com a prática;
- Mais carga horária para disciplinas de inclusão (mais disciplinas e aumentar a carga de algumas das existentes);
- Práticas obrigatórias com estágios obrigatórios e não obrigatórios e atividades extraclasse;
- Mais investimento teórico;
- Conteúdos específicos;
- Rever didática das disciplinas existentes;

- Inclusão de disciplinas específicas para transtornos mentais e para cegueira;
- “Que a inclusão se mostre em todas as disciplinas, não somente nas específicas” Transversalidade no currículo;
- Seminários práticos;
- Uma pós-graduação específica;
- Melhor distribuição nos semestre
- Explorar mais o ambiente escolar, espaços, mobilidade;
- Uma disciplina destinada à temática em cada semestre;
- Práticas educativas e planejamentos pensados para inclusão em todas as disciplinas
- Disciplina para a gestão da inclusão;

Destaco esta fala na íntegra por descrever de forma clara e precisa o objetivo da questão.

“Sugiro que em todas as disciplinas do nosso curso seja pensado na inclusão. Por exemplo: nas disciplinas sobre políticas que se estudem também as políticas de inclusão escolar; nas disciplinas de linguagem que se estude sobre como trabalhar com qualquer sujeito (com deficiência ou não), sobre comunicação alternativa, sobre processo de aquisição de leitura e escrita de TODOS os sujeitos; nas disciplinas de ação pedagógica que se estude possibilidades pedagógicas que incluam todos; nos seminários se pense e se discuta sobre o que foi aprendido durante a semana e como podemos usar estes conhecimentos para a inclusão etc. Acredito que esta seja uma forma viável de formar professores que saibam atuar de forma que incluam todos os sujeitos.”

A fala deste aluno representa uma forma simples e objetiva de tornar possível uma realidade que está tão distante de nós. Uma maneira de adequar o que nos é passado durante estes oito semestres, incluindo ferramentas e minando de conhecimentos para que possa haver um reconhecimento a uma educação de qualidade para este sujeito de inclusão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESESPERAR JAMAIS...

Iniciei este Trabalho de Conclusão me projetando para descobrir, se estes desafios que passei ao chegar até aqui no 8º semestre do curso de Pedagogia, seriam além das perguntas sem resposta, sentimentos de inseguranças por falta de conteúdos na minha bagagem profissional, com um currículo aquém das necessidades da realidade que uma sala de aula nos impõe, fariam parte também do quadro de outras Universidades do Brasil, respondendo assim meu objetivo. Com base nos resultados obtidos através da pesquisa documental sobre o currículo de outras universidades e do questionário semiestruturado com cinco perguntas, para saber qual seria a opinião dos discentes futuros docentes do curso de Pedagogia da UFRGS, para assim medir o grau de satisfação com sua formação. Para me certificar deste assunto, tratei de fazer uma pesquisa qualitativa, realizando uma análise documental, e um questionário enviado por e-mail. O primeiro passo foi ir à procura do último Ranking/2015, para selecionar cinco das melhores Universidades públicas no conceito do Ministério da Educação (MEC).

O levantamento de dados que realizei foi cinco Universidades públicas: UFRGS, USP, UFRJ, UFMG e UNICAMP que tiveram como objetivo, saber quantas disciplinas de Inclusão são oferecidas no curso de graduação em Pedagogia destas Universidades citadas. Após terminar meu levantamento, cheguei a triste conclusão, que a UFRGS é a universidade que apresenta maior número de disciplinas, para o preparo de seus alunos futuros docentes. Refiro-me **“triste conclusão”**, porque como estudante desta universidade, e aclamando um melhor preparo na minha graduação, me deparo com as outras universidades em situação muito pior que a nossa. Isso é muito triste, a realidade latente que vislumbrei foi que nenhuma apresentou um currículo que capacite futuros docentes. Isso também explica toda dificuldade que encontramos em cumprir o que a Lei estabelece: “que fossem acolhidos alunos com deficiência nas classes de ensino regular, com qualidade de ensino”. As lacunas que se formaram dentro da sala de aula, cada vez aumentam mais, ficando os alunos com deficiência à espera de professores capacitados para garantir uma inclusão com qualidade com o devido acolhimento que a situação se impõe.

Li uma frase num Artigo de Pós Graduação¹ que dizia o seguinte: “Receber o aluno em sala de aula, não significa Inclusão”.

Esta frase diz tudo, e é isto exatamente o que está acontecendo nas escolas, recebem os alunos porque por lei é obrigatório, mas o principal objetivo para concretizar esta inclusão, que é o preparo de docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes alunos, encontra-se totalmente inadequado.

Inclusão é muito mais do que isso, a formação do docente qualificada é imprescindível, para poder identificar o tipo de deficiência que este aluno apresenta, assim como manter uma relação com a família deste aluno para compartilhar da história de vida dele, e também um trabalho com os outros alunos e seus familiares, para que possamos realmente conceituar como sendo um trabalho inclusivo.

Esta formação para os professores deveria ser direcionada a todos que fazem parte da instituição de ensino, pois a adaptação deste aluno com deficiência irá depender muito da maneira de como ele será recebido nesta instituição. Um professor preparado saberá planejar atividades ajustadas e adaptadas àquela necessidade em especial, fazendo com que este aluno não se sinta excluído em sala de aula.

A pergunta que não tem resposta: Quem disponibilizará esta formação? Diria que a triste conclusão que cheguei é que: “não é o curso de graduação em Pedagogia,” a única maneira será através de cursos especializados voltados para esta disciplina, ou se a instituição ou as instituições preocupadas com a insatisfação de seus futuros docentes pensassem num currículo que fosse voltado para esta necessidade tão latente em nossa realidade escolar, pois só assim cumprimos com o compromisso de tentar ministrar uma educação com responsabilidade e qualidade de ensino, para realmente efetivar a Inclusão.

Esta fragilidade na formação docente fez ampliar minhas considerações, não poderia deixar de relatar aqui situações presenciadas durante observações em sala de aula.

“Um aluno com diagnóstico da Síndrome de Asperger, desenhava maravilhosamente bem, poderia dizer até que pela qualidade riquíssima de detalhes, qualificá-lo-ia como um “gênio”. Mas infelizmente na sala de aula, sempre que era pego desenhando a professora chamava sua atenção com palavras severas de

¹ **UMIFACVEST**- Centro Universitário Facavest: Pós Graduação nível especializado “Iato Sensu”

recriminação, mandando que guardasse o tal desenho, porque não era hora e outros argumentos como: se ele não sabia que não podia desenhar em aula, e que deveria seguir o que ela estava mandando e etc. A criança com uma expressão de medo, e sem muito entender o porquê deste xingamento todo, guardava e ficava sem rumo.”

Este relato foi só para elucidar, comprovar e fazer valer todo este trabalho que aqui apresento. A formação do professor pode não ser suficiente para garantir a inclusão do aluno, e neste relato percebe-se um processo de exclusão do aluno, estava impedindo de ele expor o que sabia fazer de melhor, que era desenhar. Lanço mão das palavras de Baptista e Tezzari (2011) para tecer este comentário:

Isso remete à própria relação pedagógica, que como já foi apontado pode ter um papel limitador com relação ao aluno, ou ao contrário, dar espaço para que construa suas aprendizagens. As ideias pré-concebidas a respeito das deficiências e das suas supostas limitações podem gerar no professor uma baixa expectativa em relação à capacidade de aprendizagem do seu aluno. (BAPTISTA; TEZZARI, 2011, p. 22).

Os autores retratam exatamente este episódio. Esta situação que relatei é indício de uma necessidade de repensar a formação docente, pois em muitas ocasiões a ideia de normalização domina o espaço educativo, com professores tentando colocar seus alunos numa “fábrica de alunos”, onde só será considerado apto se estiver dentro dos moldes da máquina chamada educação.

Jesus (2012, p.206) destaca muito bem a importância da formação continuada que capacite os professores a refletir sobre suas intervenções e práticas educativas.

[...] faz-se necessário trabalhar com profissionais da educação de maneira que eles, sendo capazes de compreender e refletir sobre as suas práticas, sejam também capazes de transformar lógicas de ensino.

[...] acreditamos que a qualificação do professor constitui uma forma de fortalecimento da qualidade do atendimento aos alunos. JESUS (2012, p 206)

E assim termino meu curso de graduação, atingindo meu objetivo com esta pesquisa apesar dos resultados serem desanimadores, mas ao mesmo tempo obtive respostas que mostram que estamos preocupados com o futuro do nosso alunado, e apesar de muitas dúvidas, perguntas sem respostas, estou sentindo uma imensa motivação para continuar esta procura, com objetivo de obter respostas e estímulos,

para um trabalho que não se cale diante das dificuldades. Faço das palavras de PERRENOUD (2000), as minhas, quando fala nas “Dez novas competências para ensinar” onde uma delas, e sendo mais precisa cito a décima competência: Administrar sua própria formação contínua. Refere-se a irmos atrás daquilo que queremos melhorar, que nos incomoda pela falta de conhecimento, que nos atrai por sua complexidade ou mesmo pelo simples compromisso de tentar sempre, e da melhor maneira possível exercer minha docência com amor, competência e dedicação. E é assim que quero continuar, preocupada sempre com a qualidade e o compromisso de ministrar um ensino a altura destes alunos que tem o direito de ocuparem seu lugar na sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Marcos Vinícius de; Robson Jesus Rusche^{II}; Rinaldo Molina^{III}; Luiz Renato Rodrigues Carreiro^{IV} Formação de professores e inclusão escolar de pessoas com deficiência: análise de resumos de artigos na base SciELO. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000300010> Acesso em: 05 abr. 2016.

BAPTISTA, Claudio Roberto; TEZZARI, Mauren Lúcia. A medicina como origem e a pedagogia como meta de ação na educação especial. Inc: CAIADO, Kátia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de; BPATISTA, Roberto (Org.) Professores e Educação Especial: formação em foco. Vol. 1. Porto Alegre: Mediação, 2011.

BEYER Hugo Otto 1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul e-mail: hbeyer@ufrgs.br A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: resignificando conceitos e práticas da educação especial
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf>

BOURDIEU, P. (1972) Esquisse d'une théorie de La pratique, Genève, Droz.
BOURDIEU, P (1980), Le sens pratique, Paris, Éd. De Minuit.

BRASIL. **Constituição**, 1988. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/constituicao.pdf> Acesso em março de 2016.
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsiariopoliticadeinclusao.pdf>
_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução

BRASIL. Decreto Federal n 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

BUENO, José Geraldo. Crianças com Necessidades Especiais, Política Educacional e Formação de Professores: generalistas ou Especialistas. **Formação de Professores, a nova Lei de Diretrizes e Bases e o Plano Nacional de Educação**. Professor titular do programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade (PUC- SP) e do Mestrado em Educação (Universidade São Francisco).

Foto:<https://www.google.com.br/search?q=pense+mario+quintana&espv=2&biw=1344&bih=638&tbn>

FREINET, Célestin, Pedagogia do Bom Senso. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FREITAS, S. N. (org.) Diferentes contextos de educação especial/inclusão social/PROPESP – Programa de Apoio à Pesquisa em Educação Especial. Santa Maria: Pallotti, 2006.

FREITAS, S. N., MOREIRA, L. C. A universidade frente à formação inicial na perspectiva da inclusão. In: CAIADO, R. M. JESUS, D. M. de BAPTISTA, C. R. (Org.) Professores e educação especial: formação em foco. Porto Alegre: Mediação/CDV/FACITEC, 2011. V. 1, p. 65-73.

GIL, Antônio Carlos; - **Métodos e técnicas de Questionário** – Pesquisa Social. 1995

YIN, Roberto K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

JESUS, Denise Meyrelles de: Inclusão escolar, formação continuada e pesquisa-ação colaborativa. In BAPTISTA, Cláudio Roberto (Org.) **Inclusão e escolarização: Múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006. P. 76-90.

JESUS, Denise Meyrelles de BAPTISTA, Claudio Roberto; BARRETO, Maria Aparecida Santos Côrrea; VICTOR, Sonia Lopes: **Inclusão Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa**. Porto Alegre: editora Mediação, 2007.

JESUS, Denise Meyrelles de: **Formação Continuada**: constituindo um diálogo entre teoria, prática, pesquisa e educação inclusiva. Inc. JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA, Cláudio Roberto; VICTOR, Sônia Lopes (Org.) Pesquisa, Educação Especial: mapeando produções. Vitória EDUFES, 2012. P. 206.

LARROSA, J. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Revista Brasileira de Educação, n.19, jan./abr. 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo: Memnon, 2001 p.24

MEIRIEU Ph (1996), Frankenstein pédagogue, Paris, ESF éditeur.

MENDES, Enicéia Gonçalves; Leonardo Santos Amâncio Cabral; Sabrina Mazo D’Affonseca; David dos Santos Calheiros: **A Formação Dos Professores Especializados Segundo Os Pesquisadores Do Observatório Nacional De Educação Especial** Vol. 2, No 5 (2012).

MENEZES, Ebenezer Takuno de SANTOS, Thais Helena dos. “Declaração de Salamanca” (verbete)

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais.** [Editora: Artmed, São Paulo, 2003.]

MOREIREA, Laura Ceretta. Cursos de licenciatura com bases inclusivas: **Imersões de alunos com necessidades educacionais especiais e de seus professores. Universidade federal do Paraná** (Professora adjunta do Setor de Educação da UFPR) 2007 p. 268.

NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente. In: **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Publicações Dom Quixote: Instituto de Inovação Educacional, 1995, p. 33-42.

PACHECO, José (Org.). **Caminhos para a inclusão:** Um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.
Organização das Nações Unidas. – ONU Convenção sobre os direitos de pessoas com deficiência, 2006.

PERRENOUD, Philippe. Dix nouvelles compétences pour enseigner: invitation au voyage. Paris: ESF (edição brasileira: **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1999).

PERRENOUD, Philippe. **Práticas Pedagógicas, profissão docente e formação:** perspectivas sociológicas. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1999, p 8.

PERRENOUD, Philippe. **A Prática Reflexiva no Ofício de Professor:** Profissionalização e Razão Pedagógica. 2002 – Artmed

PERRENOUD, Philippe. **As Competências para Ensinar no Século XXI –** Formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre. Artmed Editora, 2002.

PRIETO, R. G. Professor Especializado de um centro de apoio: Estudos sobre saberes necessários para sua prática. In: JESUS, D. M. al. (org.) **Inclusão Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa.** Porto Alegre: mediação, 2007. P 281-294.

Ranking de universidades - Ranking Universitário Folha...
ruf.folha.uol.com.br/2015/ranking-de-universidades/Entenda os indicadores

do **ranking** **Ranking 2015**, Nome da Universidade, UF, Pública Privada, Ensino, Pesquisa, Mercado, Inovação, Internacionalização ... Acesso em: 30 mar. 2016.

RODRIGUES, D; LIMA-RODRIGUES, L. SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Mayara Costa; **Percursos de formação em educação especial**: Uma reflexão acerca de formação especializada.
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67892/000873831.pdf?sequence=1>

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre princípios Políticos e Práticas na Área das necessidades educativas especiais. Disponível em:
<http://portal.mec.br/seesp/arquivos/pdf/Salamanca.pdf> Acesso abri de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG. Faculdade de Educação. Matriz curricular: versão 2013/1 (2009/1). 2010. Disponível 101 Educ. a Distância, Batatais, v. 4, n. 1, p. 81-102, 2014 em:
<https://www2.ufmg.br/pedagogia/pedagogia/Home/OCurso/Matrizcurricular/Matriz-curricular-versao-2013-1-2009-1> Acesso em: 30 de março de 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP. Faculdade de Educação da USP. Currículo: licenciatura em pedagogia. 2014. Disponível em:
<http://www.ibilce.unesp.br/#!/graduacao/cursos/pedagogia/estrutura-curricular-a-partir-de-2006/> Acesso em: 30 de março de 2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP. Faculdade de Educação. Coordenação de Pedagogia. Grade curricular do curso de pedagogia. Catálogo 2012. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/ensino/graduacao/downloads/Grade-Pedagogia-D_N-catalogo2012.pdf> Acesso em 30 de março de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO- UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. Coordenação do **Curso de Pedagogia**. QUALIFICADO (A) A ATUAR: No magistério em...
www.educacao.ufrj.br/fluxogramaped.pdf Acesso em 30 de março de 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS. Licenciatura em Pedagogia: grade curricular. 2012. Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=341> Aceso em: 30 mar. 2016.

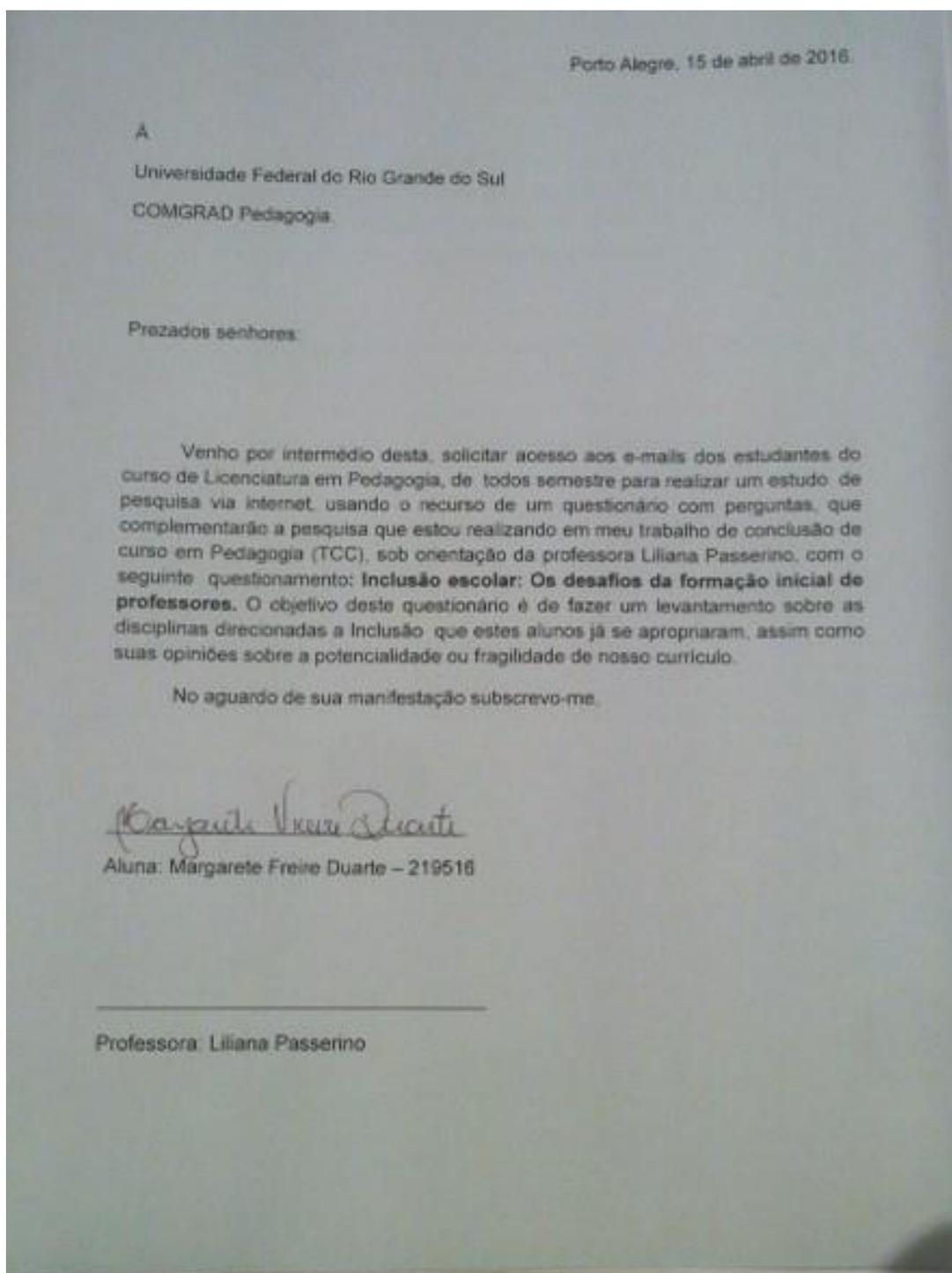
<https://inclusaoja.files.wordpress.com/2016/05/a-consolidac3a7c3a3o-da-inclusc3a3o-escolar-no-brasil-2003-a-2016.pdf> Acesso em 15 de maio de 2016.

VYGOTSKY, L.S. Obras Escolhidas V Fundamentos de defectologia. Madrid: Visor, 1997.

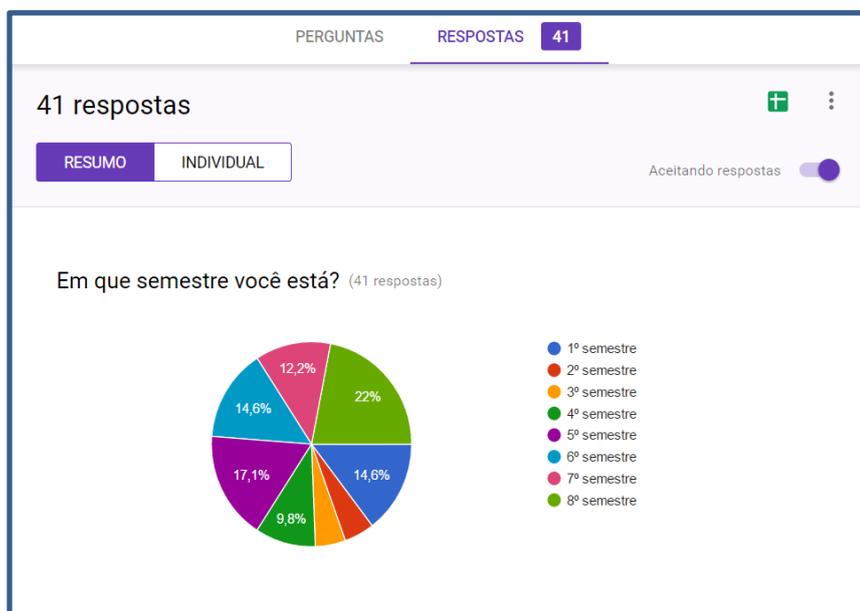
YIN, Robert K. Estudo de caso – planejamento e métodos. (2Ed.). Porto Alegre: Bookman. 2001.

APÊNDICES

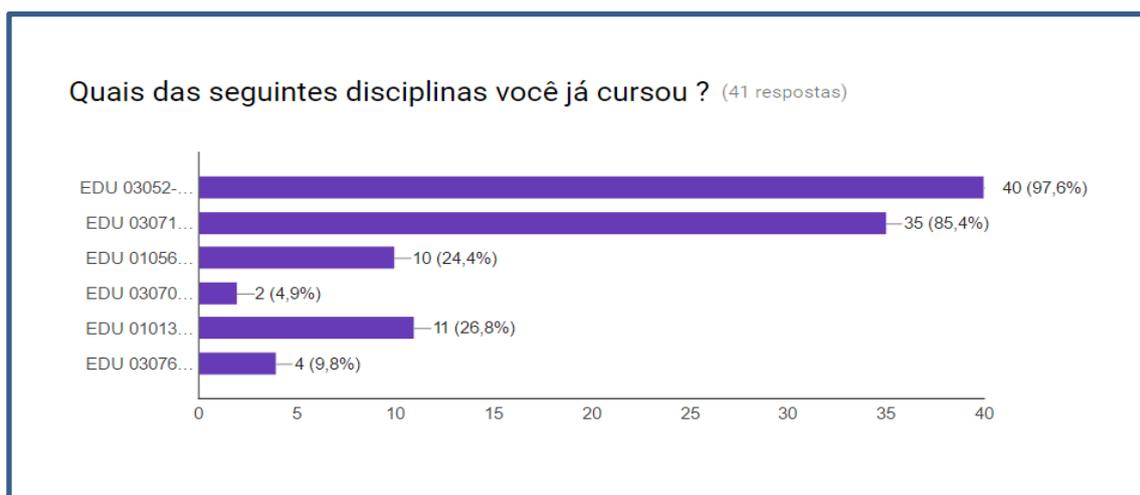
APÊNDICE 1 – Carta Enviada a COMGRAD



APÊNDICE 2 – Questionário – gráfico das respostas



APÊNDICE 3- Questionário – gráfico das respostas²



² EDU 03052- Educação Especial e Inclusão; EDU 03071- Língua Brasileira de Sinais (Libras); EDU 01056- Educação Especial Docência e Processos Inclusivos; EDU 03070- Educação de Surdos; EDU 01013- Intervenção Pedagógica e Necessidades Educativas Especiais; EDU 03076 Libras 2.